

CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

*História de
Rondônia*

Ensino Médio

MÓDULO I

História de Porto Velho



Oficializada em 2 de outubro de 1914, Porto Velho foi criada por desbravadores por volta de 1907, durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Em plena Floresta Amazônica, e inserida na maior bacia hidrográfica do mundo, onde os rios ainda governam a vida dos homens, é a Capital do estado de Rondônia.

Fica nas barrancas da margem direita do rio Madeira, o maior afluente da margem direita do rio Amazonas.



Desde meados do século XIX, nos primeiros movimentos para construir uma ferrovia que possibilitasse superar o trecho encachoeirado do rio Madeira (cerca de 380km) e dar vazão à borracha produzida na Bolívia e na região de Guajará-Mirim, a localidade escolhida para construção do porto onde o caucho seria transbordado para os navios seguindo então para a Europa e os EUA, foi Santo Antônio do Madeira, província de Mato Grosso.



As dificuldades de construção e operação de um porto fluvial, em frente aos rochedos da cachoeira de Santo Antônio, fizeram com que construtores e armadores utilizassem o pequeno porto amazônico localizado 7km abaixo, em local muito mais favorável.

Em 15 de janeiro de 1873, o Imperador Dom Pedro II assinou o Decreto-Lei nº 5.024, autorizando navios mercantes de todas as nações subirem o Rio Madeira. Em decorrência, foram construídas modernas facilidades de atracação em Santo Antônio, que passou a ser denominado Porto Novo.



O porto velho dos militares continuou a ser usado por sua maior segurança, apesar das dificuldades operacionais e da distância até Santo Antônio, ponto inicial da EFMM.

Percival Farquhar, proprietário da empresa que afinal conseguiu concluir a ferrovia em 1912, desde 1907 usava o velho porto para descarregar materiais para a obra e, quando decidiu que o ponto inicial da ferrovia seria aquele (já na província do Amazonas), tornou-se o verdadeiro fundador da cidade que, quando foi afinal oficializada pela Assembléia do Amazonas, recebeu o nome Porto Velho. Hoje, a capital de Rondônia.



A cidade nasceu e cresceu das instalações ferroviárias da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, através da exploração de borracha e posteriormente de cassiterita e de ouro. Moravam cerca de mil pessoas quando a obra da construção da Estrada de Ferro se concluiu, geralmente seus residentes eram funcionários da empresa construtora.

Tornou-se município em 1914, quando ainda pertencia ao Estado do Mato Grosso. Em 1943, com o município de Guajará-Mirim passou a constituir o Território Federal do Guaporé, que em 1956 passou a ser denominado Rondônia, e veio a ser elevado à categoria de Estado em 4 de janeiro de 1982.

A população indígena e a ocupação e Povoamento dos Vales rios Guaporé, Mamoré e Madeira

Como tudo começou"

A História de Rondônia começa antes do descobrimento do Brasil, quando o atual território do estado era **povoado por várias tribos de índios**.

O primeiro explorador europeu que teria alcançado o vale do rio Guaporé foi o espanhol Ñuflo de Chávez, de passagem entre 1541 e 1542.



Ñuflo de Chávez

Mais tarde, no século XVII, a região foi percorrida pela épica [bandeira de Antônio Raposo Tavares](#), que, entre 1648 e 1651, partindo de São Paulo, desceu o curso do rio Paraná, subiu o rio Paraguai, alcançou o vale do rio Guaporé, atravessou o rio Mamoré, seguiu pelo rio Madeira alcançando o rio Amazonas, cujo curso finalmente desceu até alcançar Belém do Pará.



Escultura representando o bandeirante Antônio Raposo Tavares
no [Museu do Ipiranga](#). Altura: 3,50 metros.

Tendo ainda alguns missionários se aventurado isoladamente pela região, no século seguinte, a partir da descoberta de ouro no vale do rio Cuiabá, os bandeirantes começaram a explorar o vale do Guaporé.

Por esse motivo, em 1748, as instruções da Coroa portuguesa para o primeiro Governador e Capitão General da Capitania do Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura Tavares (1751-1764),



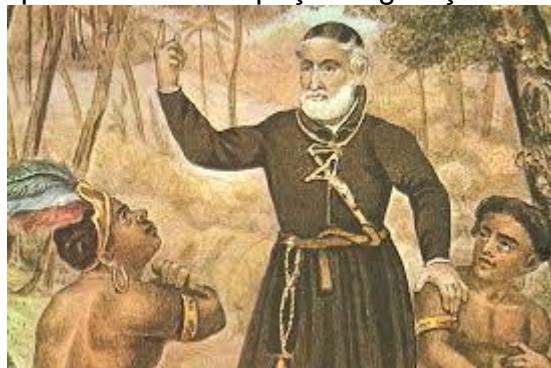
foram as de que mantivesse - a qualquer custo - a ocupação da margem direita do rio Guaporé, ameaçada por incursões espanholas e indígenas, oriundas dos povoados instalados à margem esquerda desse curso fluvial desde 1743 (a saber: Sant'Ana, na foz do ribeirão deste nome; São Miguel, na foz do rio deste nome; e Santa Rosa, nos campos deste nome, depois transferida para o local onde foi conquistada por tropas portuguesas, na margem direita do rio Guaporé).

A atuação dos missionários na Amazônia nos séc. XVII E XVIII

As missões e os Fortes desempenharam papéis importantes no Vale do Amazonas quanto à expansão territorial e a consequente colonização. Contribuíram para fixar marcos da penetração portuguesa naquele território disputado por outros povos.

Durante o século XVII e boa parte do século XVIII, a metrópole portuguesa não tinha recursos nem pessoas suficientes para realizar a ocupação do extenso território amazônico. Uma das alternativas para solucionar esse problema foi permitir que as ordens religiosas se instalassem na colônia.

Eles ajudavam na conquista, pois a catequização dos povos indígenas ajudavam no processo de ocupação e geração de riquezas.



As ordens religiosas chegaram em épocas diferentes à região. Por exemplo: os carmelitas, em 1627, e os jesuítas, em 1636. Deparavam-se, porém, com os mesmos obstáculos como a competição entre os colonos e entre as próprias ordens religiosas pelo "direito de administrar o indígena", visto tanto como mão-de-obra quanto como fiel servo de Deus.

A disputa acirrada entre as ordens exigiu a intervenção governamental.

Na tentativa de resolver esta contenda, que envolvia também a ocupação do Vale Amazônico, inúmeras Cartas Régias fixaram as áreas de atuação das ordens.

- Os Franciscanos de Santo Antônio (Capuchos) receberam as missões do Cabo do Norte, Marajó e Norte do Rio Amazonas;
- à Companhia de Jesus (Jesuítas) couberam as dos Rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira;
- os Franciscanos ficaram com as da Piedade e do Baixo Amazonas, tendo como centro Gurupá;
- os Mercedários com as do Urubu, Anibá, Uatumã e trechos do Baixo Amazonas;
- e os Carmelitas com as dos Rios Negro, Branco e Solimões.

Nos anos finais do século XVII as missões religiosas cobriam grande parte do espaço que viria a constituir a atual região amazônica brasileira.

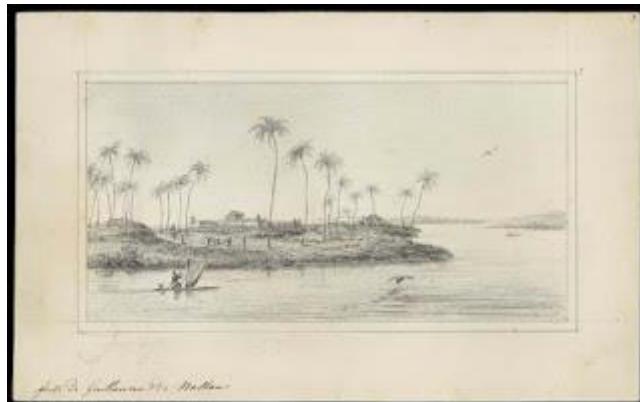
Esses religiosos tinham como principal missão converter os povos indígenas em cristãos. Os missionários procuravam convencer os indígenas a deixar suas aldeias e se transferirem para os **Aldeamentos**. A esse deslocamento, chamamos **Descimento**.

Nos aldeamentos, os indígenas aprendiam diversos costumes europeus e a religião Católica. Eles aprendiam sobre história de Santos, aprendiam também a rezar, a cantar músicas religiosas e até esculpir imagens de Santos Católicos. **Esses ensinamentos eram importantes para os objetivos dos colonizadores, pois preparavam os índios aldeados para se tornarem trabalhadores muitas vezes escravizados.**

As missões não tinham apenas um caráter religioso. Os missionários receberam grandes propriedades da coroa portuguesa. Essas terras se tornaram muito produtivas, pois os religiosos utilizavam os indígenas como mão de obra.

Essa prática, além de gerar riquezas para as ordens religiosas, fazia parte da doutrina cristã, pois, o trabalho era considerado uma salvação.

Sempre de sentinela nas lonjuras do Vale estavam **os fortes**, instalados ao longo do século XVII: eram unidades pequenas, com poucos homens e escassas peças de artilharia. Isto, entretanto, não era empecilho para que enfrentassem os ataques freqüentes de estrangeiros ou de nativos.



O Forte de Nassau localizava-se na margem esquerda do rio Xingú, próximo à sua confluência com a margem direita do rio Amazonas, no interior do estado do Pará, no Brasil.

Os fortés de Orange e Nassau serviam de base para o contato e comércio com indígenas, bem como para que se desse início de plantio de cana-de-açúcar e tabaco.



Forte de Orange

Construído pelos holandeses em 1631 foi destruído numa batalha e

Reconstruído pelos portugueses em 1654

Hoje é uma das atrações da ilha de Itamaracá no litoral norte de Pernambuco em Olinda





FORTE DO PRESÉPIO = BELÉM/PA.



O papel do indígena na ocupação do Vale do Amazonas era de extrema importância. Não se dava um passo sem ele, pois conhecia o

território, sabendo se movimentar naquela área desconhecida pelo europeu.

Os nativos eram os guias pela floresta ou pelos rios. Canoeiros, conduziam as embarcações nas longas expedições fortemente escoltadas, em meio a milhares de quilômetros, pelos cursos emaranhados d'água. Eram também caçadores, identificando a variada fauna, e coletores das "drogas do sertão", pois conheciam como ninguém a flora local.

A coleta se organizou no Vale sob a coordenação dos missionários. Os padres, que monopolizavam o trabalho indígena, usavam um artifício para que os nativos extraíssem elementos da flora em grande quantidade. *Alegavam que, além das partes destinadas aos adultos, aos velhos e às crianças, deveriam extrair outra, destinada a Tupã. Esta fração - "Tupã baê" - acumulada nos depósitos das missões, era, posteriormente, exportada para a Europa onde seria comercializada com grande lucro.*

Conduzido pelos nativos, o "homem branco" penetrava em meio a terrenos submetidos a chuvas constantes que provocavam um aumento no nível das águas que, por sua vez, arrastavam e deslocavam grandes porções de terra próximas aos cursos dos rios. Por conta disto, a exploração detinha-se no que a floresta oferecia e possibilitava espontaneamente.



Pelos cursos d'água - iam sendo coletadas especiarias diversas, aproveitadas e utilizadas no comércio: plantas alimentícias e aromáticas como cravo, canela, castanha dita do Maranhão, salsa parrilha, cacau etc.

Também eram extraídas madeiras valiosas e produtos de origem animal, desconhecidos, como uma espécie de óleo utilizado na alimentação e na iluminação, obtido dos ovos da tartaruga, ou o "manacuru" (peixe-boi), exportado salgado e seco.



Aos olhos dos colonizadores, o Vale Amazônico apresentava-se com possibilidades incalculáveis, inclusive dando a impressão de que seus produtos podiam substituir as especiarias das Colônias perdidas no Oriente.

A colonização que ali se impôs, portanto, fundamentou-se nas atividades extrativas, compondo um sistema original e peculiar que constituiu e marcou a vida econômica da região.

Aspectos sociais no Vale Guaporeano no Período Colonial

No vale do Guaporé, no Período Colonial, a sociedade era *escravocrata e mercantilista*.

O *mercantilismo*, uma política econômica dos países europeus, estava centrado no aumento do estoque de metais preciosos, no comércio exterior favorável ao País, dando mais importância ao comércio e a indústria do que a agricultura, mas no caso do Brasil Colônia, o País era Portugal. A riqueza aqui produzida, pelo pacto colonial, tinha de encher os cofres da Metrópole portuguesa.

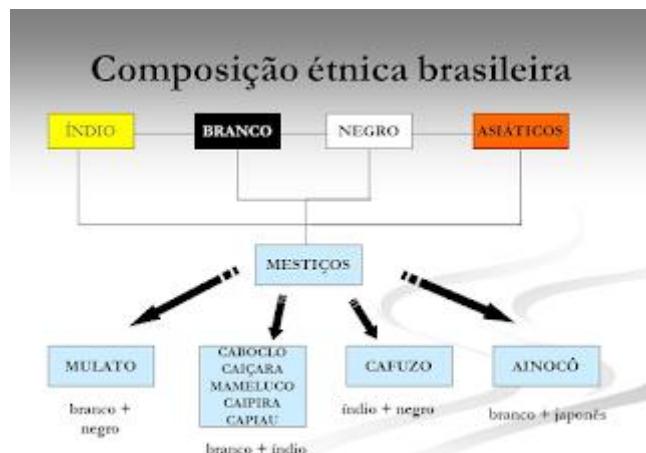


Predominava a população masculina de brancos, mestiços, indígenas e negros, dividida em livres e escravos. Livres eram os brancos; escravos eram os negros e os indígenas em menor número.

A maioria absoluta dos habitantes eram mestiços e negros e os brancos eram minoria.

A posição social dos mestiços era determinada pela cor da pele. Quanto mais

escura, mais baixo seu nível. Os últimos na escala eram os escravos negros.



POPULAÇÃO GUaporeana

A população branca constituía a reduzida elite Guaporeana, formada a partir de sertanistas e aventureiros, provenientes de outras regiões da Colônia. Detinham a posse das minas, as lavras e as melhores terras. Cabiam-lhes também os altos cargos públicos da administração local.

A elite Guaporeana era composta por altos funcionários públicos, militares, grandes comerciantes e padres, que possuíam grandes fazendas e grande plantel de escravos. Mas poucos conseguiram fazer grande fortuna em geral por suas atividades diversificadas: mineração, agropecuária e comércio. Residiam em casas confortáveis e luxuosamente mobiliadas. Usavam roupas de seda e davam festas suntuosas.

Pelo fato de os habitantes brancos “aptos” a comporem a elite social serem minoria, os governantes permitiram a *brancos pobres, endividados ou culpados perante a justiça*, provenientes de outros centros da colônia, e mestiços de pele mais clara, a reconquista de status social pelo perdão de suas dívidas e pelo resguardo das penalidades perante a justiça. Assim, como “homens bons” podiam participar da vida pública Guaporeana, ocupando postos e cargos de escalões mais baixos.

Os habitantes brancos pobres (endividados ou réus na justiça), os mamelucos, os mestiços, os indígenas e os negros eram os **excluídos sociais**, sendo os mestiços a camada popular predominante. Os brancos, pobres e mestiços eram pequenos proprietários de terra, dedicando-se as roças de subsistência; pequenos comerciantes revendiam produtos trazidos pelas monções; e os mascates eram apresadores de índios ou aventureiros. Na maioria, eram pobres livres, que andavam ao acaso.

Essa grande camada popular executava todo tipo de serviço e lhe coube, em grande parte, a conquista, a posse, a produção e a defesa da capitania. trabalhadores com alguma qualificação tinham uma vida mais confortável que os outros.

OS ESCRAVOS NEGROS

Os escravos negros eram importados da Bahia e do Rio de Janeiro, a alto custo.

Havia os escravos de particulares e os denominados **Pretos del Rei**. Os *Pretos del Rei pertenciam ao Estado português, adquiridos pelos governantes da capitania*. Em número sempre insuficiente, segundo as autoridades, **eram utilizados na execução de obras públicas, no cultivo de terras, exploração das minas, na criação de gado, etc.** Mas em tempos de conflitos, quer contra índios hostis, quer nas fronteiras espanholas, eram requisitados para as frentes de luta. Nessas ocasiões, o governador chegava a tomar alugado escravos trocavam de particulares e, muitas vezes, donos de escravos trocavam suas obrigações militares por um determinado número de escravos para os combates.

A participação dos escravos em campanhas militares causava grandes prejuízos por ficarem ausentes de qualquer atividade produtiva, além de poderem morrer, ferir-se e tornar-se inválidos, sem considerar a chance de poder fugir. Os escravos de particulares estavam sujeitos ao controle de seus trabalhos nas grandes fazendas, nas lavras e faisqueiras por feitores, às vezes escolhidos entre os próprios negros. Revestido de grande autoridade, o feitor constituía o grande elo entre os escravos e o senhor deles. Entre os pequenos proprietários, o feitor não existiu possibilitando uma melhor condição de vida aos escravos apesar do uso de coerção e punição.

Leia o texto a seguir e verifique como era a vida dos escravos na capitania de Mato grosso:

“Vítimas de abusos de toda sorte, vivendo no vale do Guaporé, um verdadeiro inferno, sujeitos a maus tratos, castigos e suplícios, perseguidos e mortos ou vendidos pelos indígenas aos castelhanos, os negros do Guaporé buscavam também, por formas diversas, escapar as angústias do cativeiro que os atormentava. Suas atitudes em busca de melhores condições de vida chegavam a medidas de rebeldia que exigiam extrema coragem e vigor. Os escravos do Vale do Guaporé construíram assim uma história de lutas e resistência à escravidão, que deixou marcas na colonização desse rio, perceptíveis até os dias atuais” (Teixeira e Fonseca, p.81)

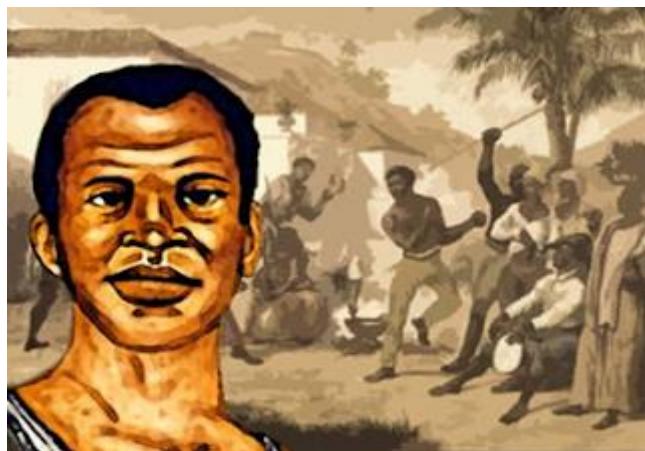
O inconformismo com o cativeiro e a luta dos negros pela liberdade no Vale do Guaporé, na segunda metade do século XVIII, manifestaram-se por ato individuais, desde violência,

redução intencional da produtividade e insubordinação até as fugas. (Os escravos fugitivos reuniam-se, em quilombos, dos quais o mais célebre foi o

Quilombo do Quarite) ou Piolho (cuja líder era a rainha Tereza de Benguela), situado às margens do igarapé Piolho. Nele, os negros resistiram desde sua fundação (1752) até seu extermínio (1795).



- Os homens ficaram concentrados embaixo de uma árvore, sob a mira dos bacamartes, os mortos enterrados, os feridos medicados e as mulheres possuídas pelos sertanistas, como recompensa e presa de guerra.



JOSÉ PIOLHO



Quilombolas em RO:

Hoje, as comunidades remanescentes desses quilombos começam a ter sua história, seus direitos e sua cidadania resgatados, com a possibilidade de garantia da posse da terra.

FESTA DO DIVINO - Tradição que veio de Portugal

"A festa acontece no Vale do Guaporé atraindo todos os anos pessoas de várias regiões, e relembrar a peregrinação criada pela rainha Dona Isabel, esposa do rei português Dom Diniz, nas primeiras décadas do século XIV".



Foto da Festa do Divino - final de 70, começo de 80.

A festa do Divino Espírito Santo, em Rondônia, é realizada apenas no Vale do Guaporé, cujos habitantes cultivam com especial cuidado a tradição de origem portuguesa. A festa do Divino mobiliza um grande contingente de cristãos e é conhecida não apenas pela beleza do espetáculo em si, mas, principalmente pelo caráter de religiosidade e fé vivenciada por seus participantes. Esta mesma festividade acontece, em janeiro, em Goiás, mas ao contrário do evento do Centro Oeste, não tem grande repercussão na mídia nacional. É mais uma injustiça contra as tradições culturais-religiosas rondonienses, pois, a Festa do Divino Espírito Santo consegue reunir centenas de fiéis nos meses de abril, maio e junho num memorável espetáculo cristão.

Segundo relato de moradores, a Festa do Divino no Vale do Guaporé vem de 1899 e teria sido introduzida na região por Manoel Ferreira Coelho, que ao mudar de Vila Bela da Santíssima Trindade (antiga capital do Mato Grosso), para Ilha da Flores (no Vale do Guaporé), levou a Coroa de Prata que simboliza o Divino, para que fosse devidamente venerada pelos fiéis, através de um sistema de rodízios, estendendo-se desde de então a todas as localidades do Vale do Guaporé a até algumas da Bolívia.

A origem

A festividade vem das primeiras décadas do século XIV, da pátria de Camões, sendo oficializada na corte portuguesa pela mulher do Rei Dom Diniz, a Rainha Dona Isabel. Naquela época havia a folia do Divino, que se constituía em um grupo de pessoas coletando contribuições de todas as espécies para a realização da festa. O grupo era integrado por músicos e cantores, que levavam

a Bandeira do Divino. Na bandeira havia a pomba que simboliza o Espírito Santo. Essa função levava dias, semanas ou até mesmo meses.

A parte profana da festa, a folia, foi suprimida por ocasião da criação dos estatutos laborados sob a orientação do bispo missionário da época, Dom Francisco Xavier Rey, responsável também pela revitalização da Festa do Divino que sofreu um período de paralisação.

A festa conta com a colaboração de celebridades e seus auxiliares: Imperador e Imperatriz do Divino, Alferes da Bandeira, Capitão do Mastro, Mordomos, Engomadeiras e Secretária da Imperatriz, entre outros, numa reprodução da época. A escolha das pessoas para estas funções e a localidade onde será realizada a próxima festa é feita através de sorteio. Os preparativos mobilizam os foliões durante todo ano.

Peculiaridades da festa

A tradição portuguesa teve muitas de suas regras adaptadas, em nossa região. Em seu original, a dona da casa que não for casada sob os preceitos da Igreja, não poderia segurar o Cetro, uma tarefa que foi transferida para outra pessoa da casa.

Além da união de centenas de pessoas, em um momento de provação e fé a Festa do Divino tem como principal meta da peregrinação a coleta de donativos. As doações dos fiéis são entregues ao pároco local e revertidas em benefício da comunidade. A permanência da tripulação em cada localidade corresponde ao tempo para a coleta desses donativos, considerando-se os dias para completar os 40 dias até a chegada ao local promotor da festa. Os homens e mulheres carregam o mastro da bandeira até a frente da igreja onde a Bandeira do Divino ficará hasteada. Feito isso celebra-se o culto ao Divino.

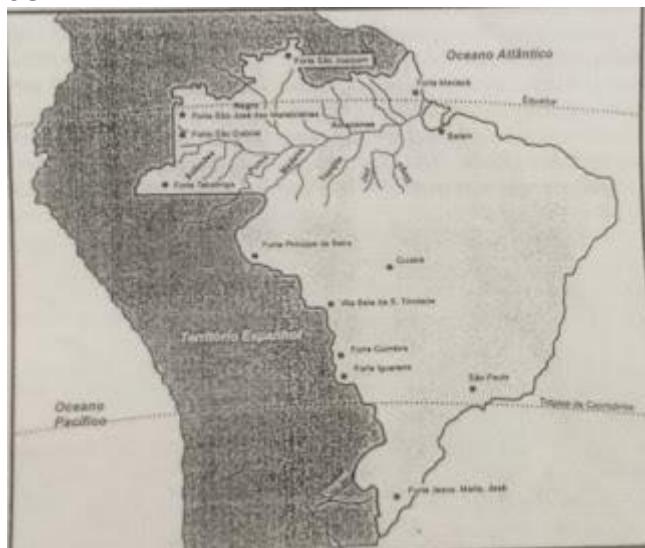


Logo depois da Páscoa, o imperador da festa anterior determina a saída do Barco do Divino. O Imperador e Imperatriz não participam da romaria pelo Vale do Guaporé, aguardam a chegada da Coroa em terra, onde vai acontecer a festa.

A DEFESA DAS FRONTEIRAS

Para tornar mais eficiente a guarda das fronteiras num momento de graves tensões entre Espanha e Portugal o Capitão-General Rolim de Moura criou a Companhia de Dragões e fundou a Guarda de Santa Rosa Velha, no Guaporé Rondoniense, próximo à barra do Mamoré, no "flanco da cachoeira que nessa paragem encrespava as águas do Guaporé, apenas deixando estreito canal, encostado a nossa margem".

A guarnição inicial contava com um alferes, dois cabos de esquadra, vinte e três soldados, dez soldados pedestres, um cirurgião, quatro agregados e dezoito escravos. Em seus arredores estabeleceram-se índios em um total de aproximadamente setenta, procedentes das missões espanholas de Santa Rosa e São Miguel. **Essa povoação foi transformada, em 1760, no Forte de Nossa Senhora da Conceição e Rolim de Moura** procedeu ainda a criação de uma tropa auxiliar a guarda fronteiriça, composta por Sertanistas, mestiços, negros e escravos.



O Forte da Conceição foi remodelado em 1765-66, passando a contar com um aumento da guarda a partir da chegada de mais cem soldados, vindos do Pará e melhoria dos armamentos que passaram a incluir mais seis canhões. Essas reformas se realizaram durante o governo do segundo Capitão General João Pedro da Câmara, que durou de 1765 a 1768, quando assumiu o poder **Dom Luiz Pinto de Souza Coutinho (1768-1771)**, que fundou o povoado de Balsemão na cachoeira do Girau, no rio Madeira, reunindo um total de 151 pessoas ali residentes. Esse governador mudou o nome do forte para Bragança e ordenou a abertura de uma estrada que estabeleceria uma ligação terrestre com Vila Bela com um percurso total de 185 léguas. Garantia-se dessa forma, o abastecimento do Forte de Bragança mesmo em situações em que a navegação pelo Guaporé fosse inviável devido aos constantes conflitos com a colônia castelhana.

Souza Coutinho criou também, a Legião dos Auxiliares ou Legião de Cuiabá, comporta por um estado Maior de 6 milhares, 2 companhias de granadeiros de

160 homens, 4 companhia de fuzileiros de 280 homens, 1 companhia de caçadores de 50 homens e 1 companhia de cavaleiros de 50 homens.

A consolidação da política de guarda e defesa das fronteiras do Vale do Guaporé se daria com o projeto do Marquês de Pombal de exigirem algum ponto do Guaporé uma fortificação. A manutenção das posses territoriais, a qualquer custo, deveria nortear a ação do quarto Capitão-General, Dom Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que governou a capitania de Mato Grosso entre 1772 e 1789, construindo o Real Forte Príncipe da Beira, cujas obras foram iniciadas em 1776 e dadas por concluídas em 1783 embora o forte nunca tenha realmente terminado.

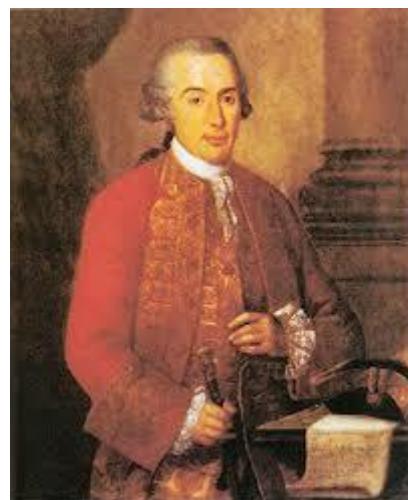


As plantas da fortificação foram elaboradas por Domingos Sambucetti, um dos engenheiros contratados em Portugal para a demarcação dos limites norte e oeste da colônia portuguesa. Aprovada a obra pela corte de Lisboa, deu-se início da construção a partir da escolha de um local situado às margens do Guaporé. **O novo forte deveria ser construído em local "estratégico por excelência" no dizer de Ricardo Franco de Almeida Serra. Dessa forma escolheu-se a localidade onde foi erguido o antigo Forte de Bragança, porém em uma área de terras firmes, livre do alcance das cheias, posto que este forte fora destruído por uma enchente em 1771.**



A construção apresentava um formato quadrangular com 119,5 m de lado, circundada por um fosso de 2 m de profundidade e em cada ângulo um baluarte com guarita e 14 canhoneiras. Sua construção foi marcada pela falta de material, trabalhadores qualificados, epidemias e fortes. O próprio autor do projeto morreu de malária em 1780 e foi substituído pelo Sargento-Mor Ricardo Franco de Almeida Serra, que mais tarde construiu também o Forte de Coimbra.

José Pinheiro de Lacerda, em carta datada de 1780 e endereçada ao governador Luiz de Albuquerque informava que trabalhavam nas obras 378 operários, sendo 157 trabalhadores livres, 67 escravos da coroa e 154 escravos particulares. O forte era habitado por um total de 795 pessoas entre homens e mulheres. Consideramos este total e o compararmos ao número de trabalhadores fornecidos pela carta de José Lacerda, verificaremos que quase 50% do total dos habitantes esteve envolvido com os trabalhos de construção. Ao seu redor, desenvolveu-se uma área de cultivo de frutos, mandioca e criação de gado bovino, que nunca chegou a prosperar.



Dom Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres

As enormes extensões de Mato Grosso passariam progressivamente a contar com um sistema de guarda de defesa das fronteiras que atingiria seu ponto de maior desenvolvimento com a construção das grandes fortificações como o Príncipe da Beira no Guaporé e o Forte de Coimbra às margens do Paraguai, para onde se deslocaram as tensões fronteiriças no séc. XIX. **Por outro lado o recurso para se atrair povoadores ligava-se aos achados auríferos, incentivos fiscais e ao perdão das dívidas e crimes e comutação de sentenças capitais em obrigação de residência nas minas de Mato Grosso.**

Além de contribuir com a própria participação, a população deveria fornecer armas, munições, suprimentos de víveres, escravos, animais de carga, tração e montaria, bem como colaborar com o pagamento de tributos extraordinários, destinados a manutenção do empreendimento militar. As tensões fronteiriças prolongam-se a partir da anulação do Tratado de Madrid em 1761. No entanto, em Mato Grosso, fazia valer pelas armas, pela colonização e pela formação de contingentes militares a soberania portuguesa sobre a margem direita do Guaporé.

BORRACHA - atrai nordestinos

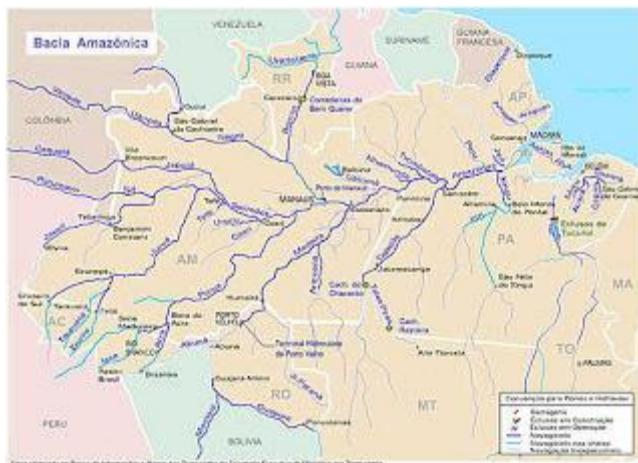
A Amazônia é novamente descoberta como fonte de imensa riqueza na metade do século XIX.

Encerrado o Ciclo do Ouro, tem início o Ciclo da Borracha que representa

um dos maiores processos migratórios da região.

Através dele vieram para região milhares de nordestino expulsos pela seca de 1877.

O Primeiro ciclo que resultaria mais tarde na Guerra do Acre (1903) e possibiliteria no segundo ciclo, a criação do Território de Guaporé (1943).



Em sua primeira fase (1911-14), o Brasil ocuparia a posição de maior produtor de borracha silvestre do mundo tendo como concorrente seu vizinho, a Bolívia.

Esta república tinha uma grande desvantagem em relação ao Brasil, seus seringais ficavam na parte oriental dificultando o escoamento do produto para o Oceano Atlântico.

Em 20 de abril de 1867, Brasil e Bolívia assinam o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação; assim começa o processo que desencadearia mais tarde a construção de uma estrada de ferro ligando o Madeira ao Mamoré, um projeto boliviano.

Mesmo assim, a proximidade destas duas potências produtoras de látex – matéria-prima da borracha – na mesma região, onde futuramente seria o Acre, daria origem a Guerra do Acre, liderada pelo ex-major do Exército Plácido de Castro.

Com a vitória do Brasil, nessa luta, a região passa a fazer parte do nosso território e novamente é assinado um tratado com a Bolívia, o Tratado de Petrópolis (1903), e o Brasil assume a responsabilidade de continuar a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM).

Primeiro Ciclo

A Bolívia, em 1846, necessitava da abertura de uma rota para exportar a borracha produzida, na parte oriental de seus seringais, ao Oceano Atlântico.

Dois projetos são elaborados para solucionar este problema,
- a primeira opção seria uma rota fluvial entre os rios Madeira e Mamoré;
- a segunda uma ferrovia que seria construída na margem direita do Madeira até a localidade de Santo Antônio.

O governo boliviano prefere a primeira alternativa e o engenheiro-militar, inglês, *George Earl Church*, recebe o encargo de fundar uma empresa de navegação entre os rios. Surge então a *National Bolivian Navigation Company* que não chega a ser finalizada. Os bancos da Inglaterra, financiadores do projeto, não aceitam financia-lo, eles tinham maior interesse na construção da ferrovia, um interesse profundamente financeiro, pois, a Inglaterra era nesse período a produtora mundial de vagões e locomotivas, controlando também toda a importação da borracha produzida na Amazônia.

Têm início os projetos de construção da ferrovia que ligaria o Rio Madeira ao Mamoré.

Esta primeira empreita seria feita ainda pelo Earl Church. As notícias sobre as riquezas da borracha já haviam atraído, para a região, centenas de nordestinos que invadiam até os seringais do território boliviano e não era somente esses trabalhadores que ocupavam a área, prisioneiros e exilados políticos do Brasil começavam a desbravar o local, explorando às seringueiras.

Devido à procura crescente pela preciosa matéria prima, os seringalistas passaram a exigir sempre maior produção dos seringueiros, fato que os obrigavam a trabalhar mais tempo na extração, e não podiam plantar lavouras de subsistência.

O seringueiro ficou dependente do sistema de barracão, isto é, estava forçado a abastecer-se no barracão do seringalista. Este manipulava o valor pago ao extrator do látex e superfaturava os preços das mercadorias do barracão, com duplo resultado: lucros sempre maiores e endividamento dos seringueiros, que garantia a produção e ficava preso ao patrão por não conseguir nunca pagar suas dívidas.

Os seringalistas tinham suas fontes de abastecimento em Manaus e Belém, e os alimentos eram importados. **Assim, com o fim do Ciclo da Borracha, toda essa imensa multidão de trabalhadores foi entregue à própria sorte.**

Leia mais/fontes:

<http://www.projetomemoria.art.br/rondon/marcas-terras-questao-de-base.jsp>

<http://www.gentededeopiniao.com.br/lerConteudo.php?news=23689>

<http://pt.scribd.com/doc/65004965/A-linha-do-telegrafo-de-Rondonia>

<http://cherrynewsjornal.blogspot.com.br/2011/04/o-patrono-das-comunicacoes.html>

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012002000100006